

ANC - CPEC

ANC 88
Pasta Agos/Out 86
001

ASS. CONST - COMISSÃO PROV. ESTUDOS CONST.

6 — POLÍTICA — Segunda-feira, 4 de agosto de 1986

FOLHA DE S. PAULO

Comissão faz último 'esforço' para definir anteprojeto

ass. consti
Da Sucursal do Rio



CONSTITUINTE 86 Os membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais iniciam hoje, no Rio, a última série de reuniões plenárias para definir o anteprojeto que deverá ser entregue

no início de setembro ao presidente Sarney e que servirá como subsídio ao Congresso constituinte. As reuniões poderão se estender até sábado, para que o trabalho seja finalizado. Encerrada a fase das plenárias, os textos aprovados serão trabalhados por um comitê de sistematização —encarregado de organizar a estrutura do anteprojeto constitucional—,

que fará o texto final. Depois, a redação final será votada em bloco pela plenária.

Na última etapa, os conselheiros discutiram os temas dos capítulos 3, 4, e 5 do anteprojeto ("Poder Legislativo e Organização Partidária", "Poder Judiciário e Ministério Público", "Poder Executivo") e alguns itens de capítulos anteriores, que ficaram

definidos: comunicações sociais, meio ambiente, ciência e tecnologia. Os "notáveis" não voltarão ao Centro de Estudos e Conferências (Centren) do Ministério das Minas e Energia, em Itaipava, distrito de Petrópolis (66 km do Rio), onde fizeram as últimas reuniões: o presidente da comissão, Afonso Arinos de Melo Franco, 80, não se adaptou ao clima frio e umido da região.

O "dualismo de complementariedade", sistema de governo que combina características de presidencialismo e parlamentarismo, deve ser a vedete dos debates. Resultado de cinco meses de discussões entre os membros da comissão, o novo sistema tem como um de seus principais idealizadores o próprio Afonso Arinos. "A proposta combina a necessidade de eleição direta para presidente da República, um anseio da sociedade brasileira, com a restrição de seus poderes, pois a expressiva

centralização do nosso presidencialismo mostra historicamente que a concentração de poderes deste regime é negativa", afirma.

A idéia foi defendida por quase todos os conselheiro. As divergências concentraram-se na distribuição de poderes entre o presidente da República (que teria funções de chefe de Estado) e o presidente do Conselho ou primeiro-ministro (responsável pela administração pública e cujo nome tem que ser aprovado pela maioria absoluta da Câmara). O sociólogo Hélio Jaguaribe, 63, queria um sistema mais parlamentarizado, com mais poderes para o presidente do Conselho, enquanto Reale defendia um sistema que "não transformasse um presidente da República em figura decorativa".

Os outros temas dividem os conselheiros e terá aprovação difícil. A fixação do número de deputados federais por Estado deve continuar

provocando discussão. O sociólogo Bolívar Lamounier e o jurista Miguel Reale Jr. defendem a ampliação da representação de Estados mais populosos, como São Paulo, na Câmara e enfrentam a oposição dos ex-deputados José Meira, pernambucano, e Odilon Ribeiro Coutinho, paraibano.

O texto que será discutido e votado sobre o Poder Judiciário apresenta sugestões polêmicas, como a criação do Tribunal Superior de Justiça, para tentar descongestionar o Supremo Tribunal Federal, que decidia, em última instância, as questões de natureza constitucional, além de julgar conflitos entre a União, Estados e municípios e outros.

Os conselheiros discutirão também a criação de tribunais federais regionais, que absorveriam a atual competência do Tribunal Federal de Recursos; a extinção da Justiça Militar estadual e a autonomia financeira do Judiciário.

BELO HORIZONTE

Ligue (031) 335-9400 e assine a Folha.

FOLHA DE S. PAULO
Um bom jornal todos os dias

DEP. FEDERAL 1515 - PMDB
GASPARIAN
ADESÕES: 258-4855

Philippe de Lyon
homeopatia
SAÚDE NA DOSE CERTA
TEMOS A LEGÍTIMA
PFAFFIA PANICULATA
"KUNTZE"
JOAQUIM ANTUNES, 448
ESQUINA RUA PINHEIROS
FONE (011) 853-3422